



96 05

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

05

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO  
MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 305151-8  
IMPETRANTE: JOSEFA BATISTA VILA NOVA  
DEFENSOR PÚBLICO: CRISTINA SAKAKI  
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES  
RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO  
AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 305151-8  
AGRAVANTE: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES  
AGRAVADA: JOSEFA BATISTA VILA NOVA  
DEFENSOR PÚBLICO: CRISTINA SAKAKI  
RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

**EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. MANDADO DE SEGURANÇA. DEFERIMENTO DE LIMINAR. DIREITO LÍQUIDO E CERTO DEMONSTRADO DE PLANO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO INDISPENSÁVEL. AVASTIN (BEVACIZUMABE). PACIENTE CARENTE. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Preliminar de ausência de prova pré-constituída, rejeitada. Preliminar de impossibilidade jurídica do pedido rejeitada, pois "a lei não exclua da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" (CF, art. 5º, inciso XXXV).

2. Analisando o plexo probatório coligido, o delicado quadro clínico da impetrante, patenteado pela declaração e receituário carreado à inicial, quando se conclui, outrossim, a necessidade do tratamento com o medicamento prescrito, além da omissão da autoridade coatora em fornecer os fármacos.

3. Infirmado o argumento recursal do Estado em torno da falta de prova preconstituída da necessidade de ministração desse medicamento, vinda de um profissional habilitado, não é aleatória, mas consentânea com realizações científicas prévias indicativas de êxito da profilaxia nessas condições. Esperar uma declaração literal garantindo 100% de certeza de sucesso do procedimento seria, no mínimo, antiético, além de juridicamente insustentável, posto que a obrigação do profissional da saúde é de meio, não de fim.

4. No que concerne à relevância da fundamentação dos argumentos aduzidos pela impetrante, é de se ressaltar que a mesma se afigura presente, tendo em vista a natureza do interesse em litígio, inerente à manutenção da saúde, a qual tem sede constitucional e configura-se como dever assistencial do Poder Público, através dos seus órgãos de execução, e direito dos cidadãos, sobretudo se carentes de recursos financeiros.

5. A certeza e liquidez decorrem da sobejamente demonstrada sonegação de direitos de dignidade constitucional: à vida (art. 5º, *caput*, da CF/1988) e à saúde (art. 6º, *caput*).

6. Com a entrada em vigor da Constituição de 1988, o direito à saúde foi elevado à categoria de direito subjetivo público, reconhecendo-se o sujeito como detentor do direito e o Estado o seu devedor, pressupondo o art. 196 da CF a adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação. A execução de ditas políticas sociais e econômicas protetivas da saúde vincula-se aos planos e programas que devem assegurar ao indivíduo e à coletividade tudo aquilo que possa ser considerado essencial para a satisfação da saúde física, mental, psicológica, moral e social, aí inseridos o fornecimento gratuito de medicamentos e a disponibilização de leitos em hospitais.

7. Tratando-se a lide em apreço do direito à manutenção da saúde, garantia fundamental que assiste a todas as pessoas e dever indissociável do Estado, a comprovada necessidade do tratamento em apreço e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do impetrante em buscar a tutela jurisdicional, face o amparo por meio de dispositivo constitucional.



97  
CJF

## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

05

8. A afirmação do Impetrado de que o Ranibizumabe (Lucentis) não figura dentre os medicamentos fornecidos pelos entes públicos, além de equivocada, **já que não se trata da medicação LUCENTIS**, e sim Avastin (Bevacizumabe), sobra quando cotejada com os direitos fundamentais à vida e à saúde, direitos de dignidade constitucional e da mais nobre hierarquia, não comportam limitação por mero ato administrativo. A melhor interpretação das normas jurídicas é aquela procedida conforme a Constituição, porque se coaduna com a integração daquelas num sistema hierarquicamente organizado. Assim, quando tomamos qualquer ato administrativo (portaria, protocolo, etc), devemos considerá-lo como regulamentador, não como cerceador de direitos fundamentais, sob pena de conferir a uma norma auxiliar um poder que nem Emenda Constitucional teria, qual seja, de derogar cláusula pétrea.
9. Súmula nº 18 desta Corte de Justiça: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial", posicionamento que se coaduna com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
10. Quanto a alegação de não cabimento da condenação em *astreintes*, custas processuais e honorários advocatícios, mas uma vez equivoca-se o impetrado, já que não há no presente *mandamus* nenhuma condenação em *astreintes*, custas ou honorários.
11. À unanimidade, concedida a segurança pleiteada, prejudicado o Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 305151-8, nos termos do art. 74, VIII do Regimento desta Corte.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Mandado de Segurança nº 305151-8, acima referenciado, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em conceder a segurança, prejudicado o Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 305151-8, nos termos do art. 74, VIII do Regimento desta Corte, tudo de conformidade com os votos em anexo, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 24 de Setembro de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo  
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

90  
af

05

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 305151-8

IMPETRANTE: JOSEFA BATISTA VILA NOVA

DEFENSOR PÚBLICO: CRISTINA SAKAKI

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES

RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 305151-8

AGRAVANTE: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES

AGRAVADA: JOSEFA BATISTA VILA NOVA

DEFENSOR PÚBLICO: CRISTINA SAKAKI

RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

**RELATÓRIO**

**Josefa Batista Vila Nova** impetra o presente *writ* em desfavor do **Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco**, autoridade acoimada coatora, em face da recusa ao fornecimento de medicamento impostergável à saúde da impetrante, cidadã idosa, carente na forma da lei.

A impetrante, portadora de enfermidade grave, degeneração macular relacionada a idade em ambos os olhos (CID 10:H35.3), necessitando aplicação quimioterápico antiogênico, segundo tratamento prescrito pelo Dr. Natanael Amorim (CRM 12347), e diante da impossibilidade de suportar o encargo, procurou a Defensoria Pública que oficiou a Secretaria Estadual de Saúde, solicitando o fornecimento do medicamento em comento, o que foi recusado, via Ofício nº 01-1240/13, uma vez que o medicamento solicitado não é fornecido pelo SUS.

Diante da recusa da autoridade coatora a impetrante manejou o presente *mandamus*, no qual colima, inicialmente, o deferimento dos benefícios da justiça gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/1950.

Em seguida, pugna pela concessão de liminar, a fim de que se determine à autoridade coatora o fornecimento urgente do medicamento, com a cominação de multa diária em caso de descumprimento da ordem judicial, e, ao fim, pela concessão da segurança, confirmando-se a medida e condenando-se o Estado nos ônus sucumbenciais.

Em pronunciamento exordial (fls. 37/42), esta Relatoria deferiu a liminar perseguida, sendo interposto Agravo Regimental pendente de julgamento.

Informações do Impetrado (fls. 53/65), alegando, preliminarmente, ausência de prova pré-constituída, impossibilidade jurídica do pedido, e, no mérito, a



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

91  
aj

05

ausência de direito líquido e certo, defendendo a denegação da segurança uma vez que a droga Ranibizumabe (Lucentis) não consta na Portaria nº 2981/09 do Ministério da Saúde, logo, exigir-lhes a prestação significaria violação dos princípios constitucionais da legalidade, economicidade e eficiência da Administração Pública, e que a concessão pelo Judiciário de medida administrativa importa em violação ao princípio constitucional da separação dos poderes (art. 2º da CF/88), além da inobservância ao art. 37, XXI, caput da CF, segundo o qual as compras efetuadas pelo poder público dependem prévia dotação orçamentária. Sustenta que, em saúde pública, impera a reserva do necessário, não se podendo exigir, do Poder Público, a disponibilidade de todo tipo de medicamento, sob pena de prejudicar os demais usuários do sistema, violando o princípio da isonomia.

Por fim, defende o não cabimento da condenação em *astreintes*, custas processuais e honorários advocatícios.

A douta Procuradoria Geral de Justiça, em parecer exarado às fls. 67/71, opinou pela concessão da segurança.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 10 de setembro de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo  
Relator



98  
OF

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

05

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 305151-8

IMPETRANTE: JOSEFA BATISTA VILA NOVA

DEFENSOR PÚBLICO: CRISTINA SAKAKI

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES

RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 305151-8

AGRAVANTE: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES

AGRAVADA: JOSEFA BATISTA VILA NOVA

DEFENSOR PÚBLICO: CRISTINA SAKAKI

RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

**VOTO - preliminar de ausência de prova pré-constituída**

Alega o impetrado a ausência de prova pré-constituída por inexistir prova acerca da eficácia do tratamento pretendido, sob o argumento de que não foi acostado qualquer documento que ateste que o medicamento guerreado é a única forma eficaz de combate à doença que sofre o impetrante, sendo juntado tão somente um receituário médico.

Ora, a prescrição médica acostada aos autos por si só já se constitui prova materializada *juris tantum*, que não foi elidida pelo impetrado de forma cabal, pois ali está contido o medicamento indicado para o tratamento, além de dosagem e fórmula para aplicação.

Ante o exposto, voto pela rejeição da preliminar em apreço.

Recife, 24 de Setembro de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo  
Relator



99  
Cy

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

05

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO  
MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 305151-8  
IMPETRANTE: JOSEFA BATISTA VILA NOVA  
DEFENSOR PÚBLICO: CRISTINA SAKAKI  
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES  
RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO  
AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 305151-8  
AGRAVANTE: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES  
AGRAVADA: JOSEFA BATISTA VILA NOVA  
DEFENSOR PÚBLICO: CRISTINA SAKAKI  
RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

**VOTO - preliminar de impossibilidade jurídica do pedido.**

O bem maior do ser humano é a vida, que deve ser resguarda por todos os meios possíveis e plausíveis no ordenamento jurídico brasileiro, principalmente através da Administração pública, que recebe impostos, taxas entre outros tributos que tem o fito de garantir uma melhor qualidade de vida aos cidadãos.

Segundo a CF/88, "a lei não exclua da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" (CF, art. 5º, inciso XXXV).

O princípio de acesso ao Judiciário autoriza aos cidadãos buscarem o auxílio da Justiça quando lesado ou ameaçado seus direitos, inclusive, por algum ato perpetrado por órgão do Poder Executivo.

Ante o exposto, voto pela rejeição da preliminar em apreço.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo  
Relator



100  
G

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

05

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO  
MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 305151-8  
IMPETRANTE: JOSEFA BATISTA VILA NOVA  
DEFENSOR PÚBLICO: CRISTINA SAKAKI  
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES  
RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO  
AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 305151-8  
AGRAVANTE: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES  
AGRAVADA: JOSEFA BATISTA VILA NOVA  
DEFENSOR PÚBLICO: CRISTINA SAKAKI  
RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

**VOTO - MÉRITO**

Como se presta ao amparo de direito líquido e certo, segundo se deflui do artigo 5º, LXIX, da Constituição Federal e do artigo 1º da Lei nº 12.016/2009, o processamento mandamental requer a preconstituição da prova.

De fato, o laudo médico do Dr. Natanael Amorim (CRM 12347) está atualizado, declarando a necessidade da aplicação do medicamento para tratamento da degeneração macular relacionada a idade (DMRI), em 4 doses mensal em cada olho. Acrescenta-se a recusa da Secretaria de Saúde em fornecer o medicamento, através da Nota Técnica GAJ/GGAJ/SES Nº 0441/2012, com a conclusão "(...) que o medicamento teve sua incorporação ao SUS aprovada pela CONITEC para tratamento de DMRI, entretanto, o mesmo não é fornecido, estando em processo de análise para disponibilização pelo SUS." (fl. 31)

Ora colaciono precedente do STJ, *in verbis*,

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA E À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAÇÃO. CÂNCER. DIGNIDADE HUMANA.** 1. A ordem constitucional vigente, em seu art. 196, consagra o direito à saúde como dever do Estado, que deverá, por meio de políticas sociais e econômicas, propiciar aos necessitados não "qualquer tratamento", mas o tratamento mais adequado e eficaz, capaz de ofertar ao enfermo maior dignidade e menor sofrimento. Precedentes: RMS 17449/MG DJ 13.02.2006; RMS 17425/MG, DJ 22.11.2004; RMS 13452/MG, DJ 07.10.2002. 2. (omissis) 3. (omissis) 4. **As normas burocráticas não podem ser erguidas como óbice à obtenção de tratamento adequado e digno por parte do cidadão carente, em especial, quando comprovado que a medicação anteriormente aplicada não surte o efeito desejado, apresentando o paciente agravamento em seu quadro clínico.** Precedente: RMS 17903/MG Relator Ministro CASTRO MEIRA DJ 20.09.2004. 5. Recurso ordinário provido. (STJ, ROMS 20335/PR. Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma. Julgado em 10/04/2007, publicado em 07/05/2007 - grifei).



104  
OF

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

05

A certeza e liquidez decorrem da sobejamente demonstrada sonegação de direitos de dignidade constitucional à vida (art. 5º, *caput*, da CF/1988) e à saúde (art. 6º, *caput*).

A ilegalidade da omissão combatida reside na negativa de efetividade a esses direitos fundamentais e na violação a diversos normativos instituidores do dever estatal de prestação dos serviços de saúde em sentido amplo:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e **recuperação** (CF/1988, art. 196).

Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

I - a execução de ações:

[...]

d) de assistência terapêutica integral, **inclusive farmacêutica**. (Lei nº 8.080/1990).

Discute-se, pois, sobre a premência do direito à vida, garantia fundamental que assiste a todas as pessoas e dever indissociável do Estado, diante da comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de custeá-lo.

Com a entrada em vigor da Constituição de 1988, o direito à saúde foi elevado à categoria de direito subjetivo público, reconhecendo-se o sujeito como detentor do direito e o Estado o seu devedor, pressupondo o art. 196 da CF a adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

A execução de ditas políticas sociais e econômicas protetivas da saúde vincula-se aos planos e programas que devem assegurar ao indivíduo e à coletividade tudo aquilo que possa ser considerado essencial para a satisfação da saúde física, mental, psicológica, moral e social, aí inseridos o fornecimento gratuito de medicamentos.

É de se ressaltar que o dever de assistência à saúde dos cidadãos surge como uma das formas de garantia do direito à vida localizado no *caput* do art. 5º da CF, caracterizando-se, pois, como cláusula pétrea, de modo a impedir que o legislador, assim como o administrador, criem situações que impliquem esvaziamento do conteúdo desse dispositivo constitucional.

Para além da estreita relação com o direito à vida, o direito à assistência à saúde possui intrínseca relação com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, razão pela qual, conclui-se, qualquer previsão legal, bem como quaisquer atitudes tomadas pelo Poder Público que provoquem o esvaziamento do direito à vida trará, como corolário, o desrespeito à dignidade da pessoa humana, pois são dois vetores considerados igualmente fundamentais pela Constituição.

Advirta-se que, em nosso País, o direito à existência digna é refletido, entre outros aspectos, pela obrigação atribuída ao Estado de realizar ações integradas



102  
DF

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

05

destinadas a assegurar a prestação dos direitos inerentes à saúde, à previdência e à assistência social, incluídas, nesse contexto, ações que garantam acesso universal igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

Assim é que qualquer omissão do Estado no papel de garantidor desse direito abrirá ensejo para a propositura de medidas judiciais, não somente naquelas situações em que ele não garantir o direito à saúde, mas também quando o assegurar de forma ineficiente.

Os direitos aqui reivindicados, garantidos em normas constitucionais e infraconstitucionais, como demonstrado, e vilipendiados pela inação estatal, constituem fundamento relevante, conforme Lei nº 12.016/2009, para a concessão da segurança.

A afirmação do Impetrado de que o Ranibizumabe (Lucentis) não figura dentre os medicamentos fornecidos pelos entes públicos, além de equivocada, já que não se trata da medicação Lucentis, e sim Avastin (Bevacizumabe), soçobra quando cotejada com os direitos fundamentais à vida e à saúde, intrinsecamente envolvidos com a controvérsia dos autos. Tais direitos, de dignidade constitucional e da mais nobre hierarquia, não comportam limitação por mero ato administrativo. A melhor interpretação das normas jurídicas é aquela procedida conforme a Constituição, porque se coaduna com a integração daquelas num sistema hierarquicamente organizado. Assim, quando tomamos qualquer ato administrativo (portaria, protocolo, etc), devemos considerá-lo como regulamentador, não como cerceador de direitos fundamentais, sob pena de conferir a uma norma auxiliar um poder que nem Emenda Constitucional teria, qual seja, de derrogar cláusula pétrea.

Outrossim, a **Súmula nº 18** desta **Corte de Justiça** dispõe que "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".

Nossa jurisprudência, em reiterados casos, corrobora semelhante desiderato:

Ementa DIREITO CONSTITUCIONAL. FORNECIMENTO GRATUITO DE REMÉDIO. IMPOSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO. NEGATIVA DO ENTE PÚBLICO EM FORNECER A MEDICAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE E NECESSIDADE DA DROGA PLEITEADA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Com a entrada em vigor da Constituição de 1988, o direito à saúde foi elevado à categoria de direito subjetivo público, reconhecendo-se o sujeito como detentor do direito e o Estado o seu devedor, pressupondo o art. 196 da CF a adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação. 2. A execução de ditas políticas sociais e econômicas protetivas da saúde vincula-se aos planos e programas que devem assegurar ao indivíduo e à coletividade tudo aquilo que possa ser considerado essencial para a satisfação da saúde física, mental, psicológica, moral e social, aí inseridos o fornecimento gratuito de medicamentos e a disponibilização de leitos em hospitais. 3. Versando, pois, a lide em apreço acerca do direito à vida, garantia fundamental que assiste a todas as pessoas e dever indissociável do Estado, a comprovada necessidade do medicamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito em buscar a tutela jurisdicional, face o amparo por meio de dispositivo constitucional. 4. Devem ser rechaçadas, por



103

## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

05

outro lado, as razões do Estado, tendentes a elidir o direito do autor, ora agravado, no sentido de que os atestados e laudos, utilizados para fundamentar a inicial, foram fornecidos por médicos particulares, além de não ter havido demonstração da utilidade e efeitos práticos do tratamento; 5. É que, os referidos profissionais da saúde, tanto os particulares como os vinculados ao Poder Público, submetem-se ao mesmo Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1931/2009, publicada no D.O.U. de 24/09/2009, Seção I, p. 90), que, em seu art. 14 preceitua ser vedado ao médico praticar ou indicar atos médicos desnecessários ou proibidos pela legislação vigente no País. 6. Consta, no referido instrumento normativo, que sua vigência dar-se-á 180 dias após sua publicação, o que virá a ocorrer em abril do ano vindouro. Nem por isso, entretanto, devemos negar o caráter orientador que o dispositivo deve exercer, apesar de sua vigência diferida. 7. **À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso, para manter os termos da decisão terminativa que confirmou a sentença de primeira instância, para condenar o Estado de Pernambuco a fornecer ao particular a droga AVASTIN 100mg, de forma gratuita e contínua.** (Número do Acórdão 0016535-44.2009.8.17.0000 (196655-8/01); Relator Luiz Carlos Figueiredo; Órgão Julgador 1ª Câmara de Direito Público; Data de Julgamento 1/12/2009)

Ementa PROCESSO CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. **ATO COATOR EVIDENCIADO. SAÚDE. NEGATIVA DO ESTADO EM RELAÇÃO AO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO.** DEGENERAÇÃO MACULAR. CEGUEIRA. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. PRESENÇA DO PERICULUM IN MORA E DO FUMUS BONI IURIS NO MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. INEXISTÊNCIA DE INGERÊNCIA DO JUDICIÁRIO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO PROFERIDA EM SEDE DE AÇÃO MANDAMENTAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. Não se denota nenhuma ingerência do Poder Judiciário ao determinar o fornecimento do medicamento por parte da Administração Pública, já que esta tem o dever de garantir condições de vida dignas aos cidadãos, o que não estava sendo garantido na celeuma em evidência; Não há que se falar em violação a princípios constitucionais no caso em apreço, pois quando existe uma dúvida quanto a aplicação dos princípios, sempre deve prevalecer o que vise garantir a vida do cidadão, em detrimento de valores econômicos do Estado, além do mais, uma simples Portaria não pode impedir que a Administração forneça medicamentos que a população necessita; É claro o ato coator na presente demanda, pois o Estado não demonstrou nenhum interesse em proporcionar a agravada qualquer tipo de tratamento médico que possibilitasse uma melhora no quadro clínico da paciente; O fornecimento do medicamento LUCENTIS não pode ser negado a cidadã, vez que a mesma não tem condições de comprar tal remédio sem prejuízo de seu sustento, ou seja, o Estado deve fornecê-lo, para garantir que todos os meios médicos foram utilizados para resguardar a vida da paciente; Os requisitos que permitem a concessão do efeito suspensivo ficaram evidenciados no mandamus, portanto não há como se modificar o decisum; Agravo Regimental improvido, à unanimidade de votos. (Agravo Regimental Número do Acórdão 194744-2/01; Relator Sílvio de Arruda Beltrão Órgão Julgador 1º Grupo de Câmaras Cíveis; Data de Julgamento 28/10/2009)

Verifica-se, também, que as demandas que têm por escopo a referida garantia constitucional à saúde, vêm obtendo uma maior atenção dos julgadores, inclusive, o Supremo Tribunal Federal vem corroborando o posicionamento neste sentido (RE 540982 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em



404  
*[assinatura]*

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

05

07/04/2009, DJe-084 DIVULG 07-05-2009 PUBLIC 08-05-2009 EMENT VOL-02359-07 PP-01263; RE- AgR 393175; relator: Min. CELSO DE MELLO; julgamento: 12/12/2006; RE-Ag 271286 e RE 273834 AgR.)

Quanto a alegação de não cabimento da condenação em *astreintes*, custas processuais e honorários advocatícios, mas uma vez equivoca-se o impetrado, já que não há no presente *mandamus* nenhuma condenação em *astreintes*, custas ou honorários.

**Diante do exposto, voto no sentido de concessão da segurança pleiteada, tornando definitiva a liminar concedida,** prejudicado o Agravo Regimental em Mandado de Segurança 305151-8, nos termos do art. 74, VIII do Regimento desta Corte.

Recife, 24 de setembro de 2013.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
**Relator**